

ANEXO II

PREGÃO 55/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05, nº 7.892/13 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº xx/2019 (PAD 812/2019), RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa: INFORMATICA QUALITY COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 10.807.978/0001-13
Nome do representante legal: CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA
RG nº MG 14717418 – Detran/MG
CPF nº 090.092.386 52
Endereço completo: Av. Afonso Pena, 262 – sala 806 – CENTRO – BELO HORIZONTE -MG
CEP: 30130 923
Inscrição Estadual/Municipal: 0.240.376/001-8

**CARMEN
JULIANA
FERREIRA DE
LIMA:
09009238652**

Digitally signed by CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238652
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=16636540000104, OU=AC PRODEMGE RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), CN=CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238652
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2019-12-12 19:44:09

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 07/01/2020 16:09:00
Por: DANIELE CRISTINE FORNECK FRANZINI

TRE/PR

Telefone: (31) 3272-8161
Fax:
E-mail: compras@informaticaquality.com.br
Banco: Banco do Brasil
Agência: 3494-9
Nº Conta Corrente: 135147-8

Conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Marca	QTD TRE/PR	QTD 5ª Div. Ex.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
12	<p>EXTENSAO ELETRICA 5 METROS - 2 X 1MM - PADRAO NOVO C/ 2 PINOS.</p> <p>Material: Fio paralelo 2x1mm</p> <p>Características adicionais: 10A, 250V</p> <p>Plug macho: Padrão novo, com dois pinos redondos</p> <p>Plug fêmea: padrão novo com saída para dois pinos redondos</p> <p>Informações adicionais: Tomada e plugue injetados em PVC com terminais em latão, separador injetado em nylon.</p> <p>Medida: 5 metros de comprimento</p> <p>Cor do fio e dos plugs: branca ou preta.</p> <p>Embalagem: as extensões deverão ser apresentadas em embalagens individuais, dela constando as características do material</p> <p>Certificação do INMETRO, constante da embalagem do produto</p>	UNIDADE	LIG	2000	40	12,52

ELABORAÇÃO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES / Divaní da Silva Carvalho

**CARMEN JULIANA
FERREIRA DE LIMA.**
09009238652

Digitally signed by CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238652
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=16636540000104, OU=AC PRODEMG RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), CN=CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238652
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2019-12-12 19:44:36

2

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 07/01/2020 16:09:00
Por: DANIELE CRISTINE FORNECK FRANZINI

TRE/PR

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **aquisição de materiais na categoria “Materiais Elétricos”**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (órgão gerenciador) e da 5ª Divisão do Exército (órgão participante), conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do **órgão gerenciador**:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor:
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ou os Órgãos Participantes a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem **obrigações do fornecedor**:

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.
- a) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- b) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) entregar o objeto solicitado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir do aceite da Nota de empenho.
- d) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- e) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a

ELABORAÇÃO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES / Divaní da Silva Carvalho

**CARMEN JULIANA
FERREIRA DE LIMA**
09009238652

Digitally signed by CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238652
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=16636540000104, OU=AC PRODEMGE RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), CN=CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238652
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2019-12-12 19:44:53

3

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 07/01/2020 16:09:00
Por: DANIELE CRISTINE FORNECK FRANZINI

TRE/PR

terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

f) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

3.2 – Não será permitida a adesão à esta Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades que não participaram do certame licitatório.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito pela Seção de Gestão de Material de Consumo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços ora contratados, sob pena de responsabilização administrativa.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até

ELABORAÇÃO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES / Divaní da Silva Carvalho

**CARMEN JULIANA
FERREIRA DE
LIMA:09009238652**

Digitally signed by CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:
09009238652
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=16636540000104, OU=AC
PRODEMGE RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
CN=CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238652
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2019-12-12 19:45:11

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 07/01/2020 16:09:00
Por: DANIELE CRISTINE FORNECK FRANZINI

disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

5.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro através da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

5.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigam-se a realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o

ELABORAÇÃO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES / Divaní da Silva Carvalho

**CARMEN JULIANA
FERREIRA DE
LIMA:09009238652**

Digitally signed by CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:
09009238652
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=16636540000104, OU=A
PRODEMGE RFB, OU=Secretaria da Receita Federal d
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO)
CN=CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:09009238
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2019-12-12 19:45:21

5

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 07/01/2020 16:09:00
Por: DANIELE CRISTINE FORNECK FRANZINI

TRE/PR

contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da Lei nº 10520/2002:

a) Advertência, para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multas, cuja base de cálculo será o valor do item empenhado:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega, limitado a 30 (trinta) dias.

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.1.2) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item e rescisão por inexecução contratual.

b.2) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do(s) item(ns).

b.3) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o eventual inadimplemento a outras obrigações **pactuadas**.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União (art. 7º, Lei nº 10.520/02).

6.2 - Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

6.3 - As multas e os prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da contratada ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

6.4 - As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

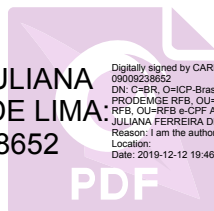
7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2019.

CARMEN JULIANA
FERREIRA DE LIMA
09009238652



Digitally signed by CARMEN JULIANA FERREIRA DE LIMA:
09009238652
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=16636540000104, OU=AC-
PRODEMG-REB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), CN=CARMEN
JULIANA FERREIRA DE LIMA.09009238652
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2019-12-12 19:46:09

(Assinatura Representante legal)

Dr. VALCIR MOMBACH

Nome: Carmen Juliana Ferreira de Lima

Diretor Geral do TRE/PR

CARGO: Diretora